A CULTURA COMO VEREDA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM ROSANA-SP

CULTURE AS LANE FOR THE DEVELOPMENT OF TOURISM IN ROSANA-SP

Clediane Nascimento Santos[1]

Raquel Ribeiro de Souza Silva[2]

Rosângela Custódio Cortez Thomaz[3]

RESUMO

O presente trabalho tem o propósito de abordar a cultura popular no espaço rural de Rosana/SP, localizada na região do Pontal do Paranapanema, diz respeito à relevância da cultura como fator relevante no processo de construção social. Propõe - se a compreender o significado da cultura popular no espaço rural de acordo com a visão dos envolvidos com a temática e identificar as medidas que contribuem para sua valorização. Por meio de pesquisa qualitativa, de caráter investigativo e empírico, com estudo da literatura pertinente e mediante o uso de entrevistas semi-estruturadas, com roteiro elaborado previamente. Os sujeitos são os órgãos públicos, organizadores das manifestações culturais e entidades relacionadas ao tema.

Palavras-chave: Assentamentos rurais; Cultura; Manifestações culturais; Turismo no espaço rural.

ABSTRACT

This work aims to study the approach the approach to popular culture in rural Rosana/SP, located in the Pontal Paranapanema, concerns the importance of culture as a relevant factor in the process of social construction. It propose to understand the significance of popular culture in rural areas according to the vision of those involved with the theme and identify the measures that contribute to their realization. Through

[1] Mestranda e Bolsista FAPESP do curso de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Campus Presidente Prudente - UNESP. Membra Grupo de Estudos e Pesquisa em Turismo no Espaço Rural – GEPTER. E-mail: cledianenascimento@yahoo.com.br.

[2] Doutoranda em Geografia na Universidade Federal do Paraná– UFPR. E-mail: unesp2004@yahoo.com.br.

[3] Docente da Universidade Estadual Paulista, Campus Rosana/SP - UNESP. Pós - Doutora em Turismo pela Universidade de Santiago de Compostela – ES. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Turismo no Espaço Rural – GEPTER. E-mail: rocortez@rosana.unesp.br.

qualitative research, investigative and empirical character, with the study of literature and by using semi-structured interviews with script pre-prepared. The subjects interviewed are public organizations, organizers of cultural events and entities related to the theme.

Keywords: Rural Settlements; Cultura; Cultural Manifestation; Tourism at Rural Areas

Introdução

O município de Rosana está localizado na área do território paulista denominada Pontal do Paranapanema, situada no extremo sudoeste do Estado, no triângulo formado pelos rios Paraná e Paranapanema, tendo como limites ao sul o estado do Paraná e a oeste o estado do Mato Grosso do Sul. Essencialmente rural este município é constituído por assentamentos a Gleba XV de Novembro, assentamento Nova do Pontal, o assentamento Bonanza, cujo propósito da pesquisa será as festividades populares dos assentamentos Gleba XV e Nova Pontal.

Dentre as diversas motivações, a busca pelo atrativo cultural é um dos chamarizes para a atividade turística. Para Barreto a turismo cultural é entendido como aquele que o “principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana. Esse aspecto pode ser a história, o cotidiano, o artesanato ou qualquer outro dos inúmeros aspectos que o conceito de cultura abrange”. Também esse tipo de turismo pode ser classificado como aquele que tem como principal atratividade o legado cultural, a tradição, a herança cultural, ou seja, o patrimônio cultural (BARRETO, 2003, p.19-20).

Uma tentativa de união entre as duas áreas, de acordo com Camargo (2002) se deu no governo Vargas, na década de 1930, quando elevou a cidade de Ouro Preto a monumento nacional e criou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), no intuito de tornar o patrimônio um atrativo turístico.

Foi uma tentativa, apesar de que, o órgão que coordenava o turismo era o mesmo que cuidava da censura aos meios de comunicação, que era o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Os estados, cada qual tinha o seu Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) para gerenciar o turismo estadual, contudo, o problema, era toda a propaganda que era feito, só mostrava

aquilo que o governo queria. Não havia liberdade para se pensar em políticas que viabilizasse o turismo nacional. Havia interesse do governo em fomentar o turismo nacional, mas as ações eram falhas (CAMARGO, 2002).

Metodologia

A pesquisa tem sido desenvolvida por meio de investigação empírica na qual a principal característica é a geração de conhecimento e registro das informações e sua aplicabilidade na resolução de prováveis problemáticas identificadas no decorrer do estudo.

Inicialmente, utilizou-se os procedimentos técnicos relativos à pesquisa bibliográfica, documental e experimental.

O levantamento bibliográfico tem sido utilizado na tentativa de aprofundar o conhecimento a cerca do objeto de estudo e obter informações importantes sobre cultura, cultura popular, geografia, turismo e suas relações. Já a pesquisa documental tem contribuído para conhecer e obter dados concretos sobre a gestão pública, os projetos aprovados ou leis referentes ao desenvolvimento da cultura popular.

A pesquisa empírica tem sido desenvolvida com aplicação de entrevistas semi-estruturadas aos principais órgãos públicos, organizadores das manifestações culturais e entidades relacionadas ao tema, com o intuito de identificar políticas culturais existentes ou aquelas adormecidas nos municípios. Optou-se por entrevistas semi-estruturadas pelas mesmas permitirem a elaboração prévia dos roteiros de entrevistas; e porque este tipo de entrevista possibilita mais flexibilidade à pesquisadora em inserir alguma questão sobre algum aspecto importante surgida no ato da entrevista, e que não tenha sido contemplada no roteiro.

Discussões e Principais Resultados

Cultura

Valendo da importância da cultura e da diversidade cultural para o

desenvolvimento das nações, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) para Educação, a Ciência e a Cultura reforça que a diversidade cultural é uma característica de suma importância para a humanidade, por isso o seu patrimônio deve ser valorizado e cultivado em benefício de todos. Também salienta de que a diversidade cultural deverá criar um mundo rico que incida sobre o desenvolvimento responsável das comunidades, povos e nações. Dessa forma, a cultura deve ser um elemento primordial das políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais, que tenha como objetivo a superação da pobreza. De forma sucinta pode ser dizer que a cultura aborda diversas formas, ela é dinâmica através do tempo e do espaço, representa múltiplas manifestações, em sua originalidade e pluralidade das diversas identidades, bem como representa as expressões culturais dos povos e das sociedades (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2005).

Assim a cultura pode ser a porta de entrada para a criação de múltiplos territórios. É uma das formas mais belas do ser humano demonstrar suas criações, identidades, aprofundar seus costumes, guardar suas tradições. Transmitir saberes, conhecimentos, modos de vidas, entre outras coisas.

Segundo Claval (2007) a cultura se confunde com as construções das próprias sociedades, pois suas raízes estão imersas na história, no qual reúne e comungam os mesmos símbolos, alianças, os mesmos hábitos alimentares, vestimentas, entre outros elementos. No qual a cultura pode ser entendida como:

> A cultura aparece como um conjunto de gestos, práticas, comportamentos, técnicas, *know-how*, conhecimentos, regras, normas e valores herdados dos pais e da vizinhança, e adaptados através da experiência a realidades sempre mutáveis. A cultura é herança e experiência. Ela é também projeção em direção ao futuro. Os outros mundos dos alhures permitem julgar o presente e pensar o futuro: eles dão aos seres humanos o poder de julgar o real, de discernir entre o bem e o mal, de fazer escolhas e tomar decisões morais que a sociedade lhe oferece, e da sua experiência, horizontes futuros. Graças a esses horizontes, a cultura aparece mais como a força que dá a sua forma ao futuro que como uma repetição do passado (CLAVAL, 2003, p. 163).

Partindo do potencial que o patrimônio cultural tem de agregar valor econômico, observa-se, nisso, uma motivação das localidades para cuidar dele, sendo responsabilidade de todos os cidadãos à sua manutenção. Quanto mais

diverso e singular for mais positivo será para o desenvolvimento do turismo.

Dessa forma salienta a ONU (1985, p. 3) sobre as políticas culturais:

> Tudo isso reclama políticas culturais que protejam, estimulem e enriqueçam a identidade e o patrimônio cultural de cada povo, além de estabelecerem o mais absoluto respeito e apreço pelas minorias culturais e pelas outras culturas do mundo. A humanidade empobrece quando se ignora ou se destrói a cultura de um grupo determinado.

Outra questão que envolve a cultura é o conhecimento que se precisa ter sobre identidade, pois não adianta ter vários patrimônios num local, se a população não se reconhece naquele patrimônio. É necessário ter esse vínculo de pertencimento entre patrimônio e identidade.

Para as Nações Unidas, a identidade cultural é uma riqueza que possibilita a realização da humanidade, dos povos, salvaguardando seu passado e a acolhendo as contribuições para o seu processo de criação e dinamização. Todas as culturas constitui-se patrimônio paras suas comunidades. A identidade cultural representa diálogo, intercâmbio de ideias e experiências, apreciação de outros valores e tradições (ONU, 1985).

Nesse intuito, é necessário entender que identidade é um manancial de significado, de experiência, de valores, etc. de uma determinada comunidade. Sendo assim, a identidade é tudo aquilo que se refere a um povo, ou entre outras palavras constitui muitos elementos como veremos abaixo:

> Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida... O autoconhecimento – invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta – nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modo específico, pelos outros (CALHOUN 1994, p. 172 apud CASTELLS, 2001, p.22).

Assim, os movimentos de luta, ou os movimentos sociais tem ganhado destaque na formatação de um cenário cultural, já que tem um jeito diferente de se organizar, como por exemplo, o movimento dos zapatistas identificados na luta camponesa da comunidade de Chiapas, os trabalhadores rurais brasileiros em

busca da democratização e acesso as terras, trabalho e alimento. Não importa a nacionalidade, e ressalvas feitas às suas diferentes formas de atuação e ideologias, os movimentos lutam contra as consequências excludentes do sistema econômico vigente nos diversos aspectos, inclusive o cultural.

A noção do que venha ser movimento social, é crucial para entender as lógicas das formações dos territórios como local de coletividade, arranjos culturais e identitários. Dessa forma, Castells nos explica que movimento social:

> são ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade. Considerando que não há percepção de história alheia à história que percebemos, do ponto de vista analítico, não existem movimentos sociais "bons" ou "maus", progressistas ou retrógrados. São eles reflexos do que somos, caminhos de nossa transformação, uma vez que a transformação pode levar a uma gama variada de paraísos, de infernos ou de infernos paradisíacos. Não se trata de observação meramente incidental, visto que os processos de transformação social em nosso mundo não raro tomam forma de fanatismo e violência que não costumamos associar à mudança social positiva. Não obstante a tudo isso, esse é o nosso mundo, isto somos nós, em nossa contraditória pluralidade, e isto é que temos de compreender, se for absolutamente necessário enfrenta-lo e supera-lo (CASTELLS, 2001, p. 20).

Assim, são considerados movimentos sociais de identidade ou identitários, na medida em que lutam para manterem suas tradições e suas ideologias. Para Gohn (2008) as principais características desses movimentos são: a luta por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais. Geralmente são grupos excluídos, marginalizados, em sua maioria, oriundos das classes sociais populares, formados por indivíduos na sua maioria do sexo feminino, negros, indígenas, imigrantes, ou de grupos com pertencimentos identitários coletivos (falam a mesma língua, religião, estilo musical), entre outros, esses formam o primeiro agrupamento denominado de movimento social. O segundo agrupamento está relacionado com os movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho, podendo ser no espaço urbano e/ou no rural, tendo como as principais reivindicações a acessibilidade e melhores condições para terra, moradia, alimentação, educação, saúde, transportes.

Alguns destes movimentos articulam-se bem, formando redes compostas de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no

Brasil - MST e a Via Campesina. Com ações fortemente e violentamente reprimidas em âmbito nacional, além das criminalizações e manipulações da imagem do movimento na mídia de forma deturpada e preconceituosa.

Este breve esboço do cenário do movimento social brasileiro, com exemplificação sul americana, demonstram a importância do tema na atualidade, pois além das lutas por mudanças e melhores condições de vida para a sobrevivência das famílias, podem ser acrescentados os aspectos culturais que de uma forma ou de outra, perpassam a questão ideologia dos movimentos em escala local, regional, e nacional.

Para Giddens (1991 apud CASTELLS, 2001, p. 22-23) a identidade pode ser entendida como:

> o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (is) prevalecem (m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado individuo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto–representação quanto na ação social. [...] Identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individualização.

A identidade de resistência são criações de indivíduos que se encontram em situação desfavorecida, ou estigmatizada, estereotipada, prisioneiro de algum sistema dominador, no qual seu arcabouço é a criação de um sistema ou mecanismo diferente que lhe possibilite a sobrevivência por meio da resistência (CASTELLS, 2001).

Políticas de Desenvolvimento Territorial e Turismo

Segundo Santos (1997, apud MARIANI, 2007, p. 215) o território é “frações funcionais do espaço. Corresponde ao espaço funcionalizado, apropriado por determinados atores sociais que fazem sentir suas influências num dado momento”.

O debate sobre a reforma agrária como política de reestruturação espacial e territorial das sociedades tem sido recolocado, mediante as atuações dos movimentos sociais e da inserção da atividade turística. É uma questão polêmica,

pois há uma forte presença dos grandes latifundiários e monocultores globais no país que não querem que a reforma agrária aconteça, igualmente acontece na região do Pontal do Paranapanema.

Sem dúvida, a agricultura modernizada, é detentora de investimento, em detrimento da expropriação da pequena produção familiar rural. Há um incentivo de política de apoio à agricultura monocultora de grande escala, para que aumente sua produção. E contra essa linha de pensamento é que os movimentos sociais de luta pela terra tem atuado, no sentido de reivindicar dos setores públicos políticas que consiste na liberalização de financiamento e estimulo produtivo ao pequeno produtor, pois é dele o alimento que vai para a mesa do brasileiro, logo que a produção monocultora é voltada á exportação; incentivo a produção orgânica com a ausência de agrotóxico e contra a liberação da produção de produtos alimentícios geneticamente modificados (transgênicos); criação de rede de distribuição, na tentativa de obter lucro, e com o intuito de eliminar os atravessadores que adquirem o produto mais barato nas propriedades rurais e revende com preço muito superior; entre outros. O problema brasileiro é a falta de políticas públicas que valorize o homem do campo em seus diversos aspectos: social, econômico e cultural.

Para Oliveira (2002), outro problema enfrentado no espaço rural brasileiro é a diferenciação entre rural e urbano. Para ele essa dicotomia rural-urbana, que trata o rural como oposto do urbano, tendo como base as atividades produtivas ou a baixa densidade populacional não é mais significativo. A dicotomia rural e urbana tende a atrapalhar o desenvolvimento territorial rural, pois o rural sempre será identificado com o agrícola, o lugar atrasado e o urbano com o industrial, serviços e desenvolvimento tecnológico. Na realidade essa idéia de rural com essa conotação acontece no país devido a insuficiências de políticas públicas voltadas para o rural, nisso também se reflete na exclusão e desprestigio referente ao patrimônio cultural desses locais rurais.

Na União Européia, como mostra o autor acima, houve uma evolução das políticas públicas de desenvolvimento rural na União Européia. O Programa LEADER é um dos exemplos de políticas de desenvolvimento rural que leva em consideração as peculiaridades locais, as condições econômicas, sociais, culturais, institucionais dos territórios, e a participação dos agentes locais beneficiários diretos

das políticas. É um programa de intervenção com enfoque local em áreas rurais (OLIVEIRA, 2002).

No Brasil, um exemplo de política de desenvolvimento rural é o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). É um programa federal que tem como propósito a inclusão e a participação dos produtores rurais, beneficiários do programa (OLIVEIRA, 2002). Seria uma alternativa na elaboração e implementação de política para o meio rural, com intuito de superar a dicotomia rural – urbano. No entanto, não tanto eficiente para derrubar as barreiras latentes entre o pequeno produtor e o grande monocultor, produtor para exportação. Além da acessibilidade ao programa ser um problema. Percebe-se que o atrasado não é o rural, são as políticas públicas que são capengas e não chegaram ao espaço rural com a mesma força e veemência que no urbano brasileiro.

Assim os usos deste território rural do município de Rosana/SP, está muito aquém das perspectivas de desenvolvimento territorial desejável. É por este motivo que a região do Pontal do Paranapanema foi escolhida para ser um Território da Cidadania, com o intuito de superar as dificuldades sociais, políticas e econômicas. Também por este motivo que os assentados veem na atividade do turismo no espaço rural uma prática diferenciada de apropriação do espaço, que poderá contribuir para minimizar algumas das dificuldades e colaborar para a complementação da renda familiar.

Partindo de uma perspectiva de desenvolvimento territorial, a inserção da atividade turística, tendo como fundamento os aspectos culturais dos assentamentos, pode ser traduzida em recurso para o fomento da atividade, pois compreende um modo de vida singular que mostra as contradições sociais existentes no espaço rural. No caso de Rosana/SP isso é favorecido pela presença de elementos paisagísticos naturais, tais como o rio Paranapanema e rio Paraná, que moldam este território.

Para o desenvolvimento territorial do turismo, é necessário entender que esta atividade modifica o espaço. Assim, “o processo de transformação de determinado espaço, em território turístico (Knafou 1996, apud MARIANI, 2007, p. 215), requer a readequação desse espaço à sua nova funcionalização, ou seja, á nova especialização que lhe é outorgada” (Nicolás, 1996, p. 96, apud MARIANI, 2007, p.

215).

A partir das observações realizadas em alguns assentamentos de Rosana, percebeu-se que o seu espaço sofreu algumas mudanças, tanto positivamente quanto negativamente. Positivamente porque o espaço continua proporcionando aquela sensação de tranquilidade atrelada a áreas rurais, algumas conquistas em relação a produção; e negativamente porque os problemas que as famílias tinham em vista da criação do assentamento permanecem, como por exemplo, o preço dos produtos, a sua distribuição, apesar da inserção do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

As materializações do espaço não passam das atuações dos indivíduos que compõem a sociedade. Essas atuações é o que na maioria das vezes vão configurar na criação e destaque das identidades, e na demarcação de territórios. Algumas vezes uma comunidade distingue–se tanto naquilo que é, naquilo que faz, na forma de pensar, de organizar-se politicamente, que se torna visível diante de outras comunidades. Mas isso não significa em hipótese alguma que é necessário a existência desse destaque, com tamanha magnitude para se ter uma identidade.

O estudo da cultura no espaço rural, dessa forma, reflete a busca por conhecer diferentes formas de vida social, as disputas, as peculiaridades de cada lugar, as virtudes que o distingue dos demais. Isso, na contemporaneidade, é de extrema importância, já que vivemos em um momento de padronização cultural, a padronização de valores, o apelo ao consumo, que é difundido pelo sistema capitalista e ao mesmo tempo em que se busca autenticidade e a identidade cultural.

O turismo, dentre todas as suas características, pode-se afirmar que tem como elemento substancial para sua efetivação, as peculiaridades de cada local, as identidades, a cultura. Assim o espaço rural dos assentamentos de Rosana/SP, é um diferencial para o desenvolvimento da atividade turística. A dúvida é como entrelaçar essa singularidade, que leva em consideração a teoria e a praticidade da vida dos trabalhadores assentados em geração de renda, emprego, auto-estima, valoração da identidade e do modo de vida.

Segundo Dias (2006) o turismo tem a virtude de expor a diversidade cultural, com ênfase na valorização e afirmação da identidade, dos valores, tradição, e dos elementos paisagísticos locais. Da mesma forma, que também a atividade do

turismo tem o poder de expropriar as comunidades quando não planejado e quando tem em vista apenas o aspecto econômico em detrimento dos aspectos sociais e culturais. Não é possível falar de turismo enquanto ainda existirem a luta pela necessidade de sobreviver, que de longe se distingue da luta por melhores condições de vida.

Uma das dificuldades em relação ao turismo no espaço rural, está em se estabelecer conceitos, pois esta atividade não se limita a própria modalidade, podendo abranger outros tipos de turismo como, por exemplo, o cultural, verde, de aventura, dentre outros, sendo que estas modalidades não se excluem, mas se complementam. Esse universo de conceito e entrelaçamento da atividade turística com a identidade é o que se pretende verificar.

Segundo as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil do Ministério do Turismo (BRASIL, [200-]) o turismo rural é definido como o conjunto de atividade turística desenvolvida no meio rural cuja produção agropecuária continua a existir e o turismo no espaço rural vem agregar valor à produção e ao serviço local, ao mesmo tempo em que promove a valorização do patrimônio histórico e natural e possibilita o resgate social e cultural da comunidade.

Por meio do turismo no espaço rural é possível a junção de diversas atividades tais como o turismo ecológico, pedagógico, e o cultural e sua relação direta com o patrimônio e a identidade local. Desde apresentações culturais, folclore, modo de vida, a experiência do homem camponês, hábitos, costumes, tradições, entre outros. Nesse contexto, o visitante tende a visitar os lugares que se diferem do seu, com o desejo de conhecer as particularidades inerentes ao lugar (AVILA, 2009). O assentamento muito se distingue do turismo de sol e praia e do urbano.

Para o desenvolvimento do turismo no espaço rural, percebeu-se que alcançou seu auge muito mais por questões econômicas, muitas vezes como sinônimo de geração de divisa, de lucro, de bom investimento. Contudo, a atividade, vai, além disso. O turismo não se limita apenas a espelhar os fatores econômicos como o principal ator. Para a comunidade assentada, representaria a afirmação de seu modo de vida e também a apropriação de uma imagem positiva diante do cenário nacional, vinculado a uma identidade de povo trabalhador e sofrido, em detrimento da negativação por meio da mídia, como “baderneiros”.

Outra questão fortemente atrelada ao turismo é sua associação como símbolo de devastação e deterioração do espaço natural, social e cultural, repercutindo praticamente em vários estados brasileiros. Será que é melhor desenvolver o turismo no assentamento e tentar angariar melhores condições de vida para os assentados, ou deixar a monocultura se instalar e acabar com as particularidades e as diversidades produtivas das regiões brasileiras? Os assentados enxergam no turismo uma solução, que não gerará fortunas, mas contribuirá para o desenvolvimento territorial.

Esse panorama nos leva a refletir em como se dá a construção e a inserção da atividade turística para que ela seja a zeladora dos aspectos culturais e da identidade de uma comunidade. Como o turismo pode ser influente na valoração da experiência dos assentados dos dois municípios selecionados. Isso partindo da premissa que a experiência é aquilo que aprendemos por meio da vivência, que segundo Tuan (1983), expressa o sentimento, o pensamento, a realidade e a magnitude das relações sociais. Sem ter o que experimentar não haverá o desenvolvimento da atividade turística.

Assim, o planejamento torna-se uma ferramenta importante na organização e utilização desse espaço rural. Nesse contexto, o planejamento deve ser uma ferramenta sempre presente no desenvolvimento da atividade turística, desde os gestores públicos, abrangendo empresas privadas e líderes comunitários.

De uma forma geral, o ato de planejar ajuda a distribuir as tarefas e responsabilidades referentes aos atores envolvidos: comunidade, empresa privada e governo. É uma forma para estabelecer parâmetros sobre o que é ponderável ao desenvolvimento da atividade que possa atender as necessidades reais da localidade.

Em princípio, o planejamento turístico deve envolver os atrativos, recursos em potencial, a região, fatores climáticos, as formas de acesso, as possíveis dificuldades relacionadas à tomada de decisões, a questão de divulgação e promoção do produto.

Para a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001, p.154-155), o setor público deve ter responsabilidade por falhas que ocorram com o desenvolvimento turístico, pois

> [...] todas as consequências de um programa público são fáceis de prever, deve ser levadas em consideração uma série de fatores que condicionam a atuação pública fazendo com que a mesma tome uma direção ou outra. Assim, por exemplo, cabe mencionar a existência de interesses próprios dentro das administrações públicas, que podem distorcer uma tomada racional de decisões (por exemplo, a necessidade de financiamento dos municípios pode determinar o processo de construção de segundas residências ou a maneira de atuar dos próprios funcionários); também não se pode esquecer que geralmente a decisão pública está condicionada a interesses particulares de grupos de pressão, tanto locais como regionais e até nacionais.

É importante salientar o papel que o governo tem sobre o desenvolvimento da atividade turística. Assim, torna-se mais fácil para os munícipios a identificação, no governo nacional, dos encaminhamentos para o setor, bem como a captação de recusros.

Na gestão municipal, a iniciativa pública deve estabelecer normas que incidam sobre o território, a fim de que empreendimentos turísticos tomem posse e ajam de forma a prejudicar a comunidade local.

O espaço rural necessita também de planejamento, pois em alguns casos, o espaço rural denota pobreza, em detrimento dos desmazelos da política de desenvolvimento territorial que há muito tempo tem deixado de lado os pequenos agricultores longe do alcance de estrutura que lhe possibilite a sobrevivência, tais como: assistência médica, educação, habitação, saneamento, etc. (YÁZIGI, 2009). Dessa forma, antes de qualquer ação na tentativa de desenvolver a atividade turística seria de suma importância o melhoramento desse espaço e da qualidade de vida dessa população e igualmente os valores e identidades construídas nesse espaço.

O turismo poderá ser um divisor de águas que nas mãos certas poderiam contribuir para a requalificação do espaço com todas as suas nuances e melhorar o que tem que ser melhorado (YÁZIGI, 2009).

O planejamento trabalha com todas as variáveis possíveis que possam colaborar e atrapalhar no plano. Abordando pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças, tentando extrair qualquer forma de desmazelo que possa prejudicar o andamento do projeto.

Quando não há o planejamento os impactos negativos tendem a prevalecer. Por isso salientam Lohmann; Panosso Neto (2012, p.219):

> Outro exemplo de impacto negativo é a perda de autenticidade de pequenas comunidades, devido ao fluxo de turistas. Essa perda ocorre geralmente pela constante troca cultural que existe no contato entre turistas e residentes, não são estes últimos que mais sofrem seus efeitos. Muitas vezes, para satisfazer as necessidades ou a curiosidade dos turistas, os anfitriões elaboram pseudofestas e modos de viver que não existem de fato, transformando o turismo e a sua cultura local em fenômenos inautênticos.

Planejar é uma ação importante, pois é sabido que não há um planejamento que sirva para todas as cidades ou destinos turísticos. O planejamento é único e direcionado para uma determinada área em que se está estudando. Isso minimizaria os impactos previstos por Lohmann e Panosso Neto (2012) descritos anteriormente.

Uma das formas de gerenciar o planejamento turístico é por meio de um estudo aprimorado da demanda e mercado turísticos, bem como um levantamento dos atrativos existentes e em potenciais que para a confecção do inventário local.

Na mesma proporção, o planejamento turístico serviria como ferramenta para proteção das comunidades, tais como as comunidades rurais, quilombolas ou indígenas. Dessa forma, o planejamento garantiria a existência de identidades ao longo do tempo e do espaço. Assim, o cenário das políticas públicas também deve culminar para o perfeito equilíbrio entre o turismo, a preservação e a conservação cultural, principalmente quando se tem a atuação de programa federal, tal como o Programa Federal do porte do Território da Cidadania.

Principais Resultados

Já existe um fluxo de visitantes no município de Rosana/SP. A possibilidade de aproveitamento do fluxo de visitação que ocorrem nas usinas hidrelétricas, para trabalhar em conjunto com as comunidades rurais, apresentando aos visitantes da usina e do Museu de Memória Regional, a opção de conhecer os assentamentos, nos quais poderão saborear a culinária, visitar as propriedades ou até mesmo apreciarem as manifestações culturais.

No município de Rosana/SP foram identificadas algumas ações culturais como segue no quadro 02. Dessas ações culturais, pode – se afirmar que poderiam ser associadas ao turismo, como por exemplo, os artesanatos que os participantes do Projeto Semeando o Futuro IV ou o que o Ponto de Cultura "Iscap pela Cultura", elaboram. Assim, além dos projetos atingirem seu objetivo de atender a população que tem uma carência socioeconômica, traria também a geração de renda por meio da venda dos artesanatos produzidos aos turistas.

Quadro 1 - Ações culturais do município de Rosana/SP

2012	Cinema – Projeto Semeando o Futuro IV
	Ponto de Cultura – "ISCAP pela Cultura"
	Projeto Guri
2010	Projeto "Cine Mais Cultura" Ponto de Cultura – "ISCAP pela Cultura"
2009	Ponto de Cultura – "ISCAP pela Cultura"

Fonte: Prefeitura de Rosana, 2010. Org.: autora.

Outro aspecto que poderia favorecer o turismo local é o Ponto de Cultura "ISCAP pela Cultura", pois das ações que desenvolvem como mostra o quadro 03, pode se destacar a orquestra de viola, pois este projeto conta com a participação mais acentuada dos assentados do município. Esta ação enriqueceria a Roda de Viola, um das manifestações culturais do assentamento Gleba XV de Novembro, igualmente seria um aliado para o grupo de Folias de Reis "Estrela Guia" que necessitam de um aporte em relação aos tocadores dos instrumentos musicais. Este Ponto de Cultura também desenvolve atividade de cinema itinerante nos assentamentos de Rosana, com exibição de filmes que retratam o meio rural.

Quadro 2 - Principais ações do Ponto de Cultura - ISCAP pela Cultura

Arte com argila e recicláveis
Cinema itinerante
Formação da orquestra de viola caipira
Grupo de percussão popular
Hip hop: Rap (Ritmo e Poesia)
Hip hop: a arte do Grafite

Fonte: ISCAP, 2009. Org.: autora

O Instituto Sócio Cultural e Ambiental do Pontal do Paranapanema (ISCAP) é responsável pela prática de algumas atividades culturais, tais como: música, cinema

e artesanato. O projeto tem como finalidade a formação de espaços públicos para a contínua convivência, acessibilidade e produção de cultura no município. O ISCAP surgiu em 2004, entretanto só em 2009 tornou-se Ponto de Cultura com a participação no Edital de Seleção para Pontos de Cultura do Estado de São Paulo, no Processo SC nº 13/2009. Com o advento do recurso do Ponto de Cultura para o desenvolvimento dos projetos possibilitou à instituição, contratar professores, arte educadores, gerando emprego à comunidade local (ISCAP, 2009).

Considerações Finais

Os movimentos sociais que lutam pela democratização das terras e pela reforma agrária, é um exemplo de resistência aos moldes dominantes políticos e culturais. Agora não basta apenas os movimentos de luta pela reforma agrária. É necessário que ela aconteça, mas que a conjuntura também mude, para que os pequenos agricultores ou camponeses tenham incentivo a produção por meio de acesso a linhas de financiamento, que as crianças e jovens tenham uma boa educação, tenham bom sistema de saúde, lazer, enfim, que essa luta e resistência tenha como vitória a qualidade de vida nos espaços rurais brasileiro, e especialmente a valoração de seu modo de vida e dos seus aspectos culturais.

Nesse sentido, existe uma relação entre os elementos sociais e culturais muito presente nas comunidades, especialmente aquelas de atuação dos movimentos sociais. Esses elementos são indissociáveis em toda a sua conjuntura e que se fecham tanto em suas distinções que podem se configurar um isolamento, fanatismos, de exibicionismo, de que a cultura é melhor que as outras. Esta, por sua vez pode ou não se destacar no âmbito regional ou nacional em virtudes de outras, tais como a identidade indígena, a quilombola e dos camponeses. Isso pode ou não se intensificar ao longo do tempo e do espaço, O que é preciso sublinhar é que todas as identidades são igualmente importantes para uma determinada sociedade, e, portanto que guardam as experiências vividas.

Por sua vez, são essas experiências que enriquecem a atividade turística. Sem essas práticas da vida, não haverá o turismo. As pessoas procuram novas vivências quando investem em viagens turísticas. Agora, igualmente, a paisagem

rural dos assentamentos de Rosana/SP que compõem o Território da Cidadania devem proporcionar isso, da mesma forma, que deverá ter o mínimo de infraestrutura para que isso se torne realidade. Caso contrário, será como palavras jogadas ao vento, que se dissiparão e desaparecerão rapidamente.

Assim, para o turismo de fato ser um constructo social nos assentamentos de Rosana, estes não poderão ter sua paisagem rodeada pelo cultivo de monocultura, deverá, sim, ter espaços para o fortalecimento cultural e artístico local, entre outras medidas. Se isso não for um dado verídico de nada valerá a criação deste território, pois se o mesmo não for capaz de propiciar um espaço de cidadania, de qualidade de vida e valorização cultural. Para isso utiliza-se do planejamento para que as ações se tornem precisas e eficazes.

Assim, quanto mais acolhedor, for o território para os assentados, para o residente, com acesso a infra - estrutura básica, mais estimulado ele se sentirá na preservação do ambiente. E mais motivado para elaborar outras ações culturais, como por exemplo, os pontos de cultura que fale sobre o modo de vida rural, sobre os costumes, as estórias, entre outros. Isso seria um elemento importante para o turismo, logo que a comunidade manifesta interesse pela atividade.

Referências

AVILA, Marco A. Política e planejamento em cultura e turismo: reflexões, conceitos e sustentabilidade. In: AVILA, Marco A. (Org.). **Política e planejamento em cultura e turismo.** Ilhéus: Editora UESC, 2009. p.15-37.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural:** as possibilidades do planejamento. 4ed. Campinas, SP: Papirus, 2003. (Coleção Turismo).

BRASIL. Ministério do Turismo. Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**.** Brasília, [200-]. Disponível em: http://institucional.turismo.gov.br. Acesso em: 18 abr. 2008.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 3ed. São Paulo: Aleph, 2002. (Coleção ABC do Turismo).

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 3. ed. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2001. v. 2.

CLAVAL, Paul. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs). **Introdução à geografia cultural**. Rio de janeiro: Bertrand, 2003. p. 147-166.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural.** 3.ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2007.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural:** recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set/Dez. 2008.

INSTITUTO SÓCIO CULTURAL E AMBIENTAL DO PONTAL DO PARANAPANEMA – ISCAP. Ponto de cultura: ISCAP pela cultura. Rosana, 2009. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por email pessoal em: 22 fev. 2012.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETO, Alexandre. Impactos positivos e negativos do turismo. In: LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETO, Alexandre. **Teoria do turismo:** conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2012. p. 212-226. (Série Turismo).

MARIANI, Milton. Planos municipais de turismo no Brasil. In: SEABRA, G. (Org.). **Turismo de base local:** identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 211- 224.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

OLIVEIRA, Rodolfo Osório de. Desenvolvimento, política agrícola e política rural: do setorial ao territorial. **Informações Econômicas**, v. 32, n. 12, p. 7-15, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Declaração do México. [S.l], 1985. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Declaracao_do_Mexico_1985.pdf>. Acesso em 20 out. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Proposta de Decisão do Conselho relativa à celebração da convenção da UNESCO sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais. Bruxelas, 2005. Disponível em: <http://www.unesco.pt/pdfs/docs/convdiv.pdf>. Acesso em 20 out. 2012.

TUAN, Yi – Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

YÁZIGI, Eduardo. **Saudades do futuro:** por uma teoria do planejamento territorial do turismo. São Paulo: Plêiade, 2009.